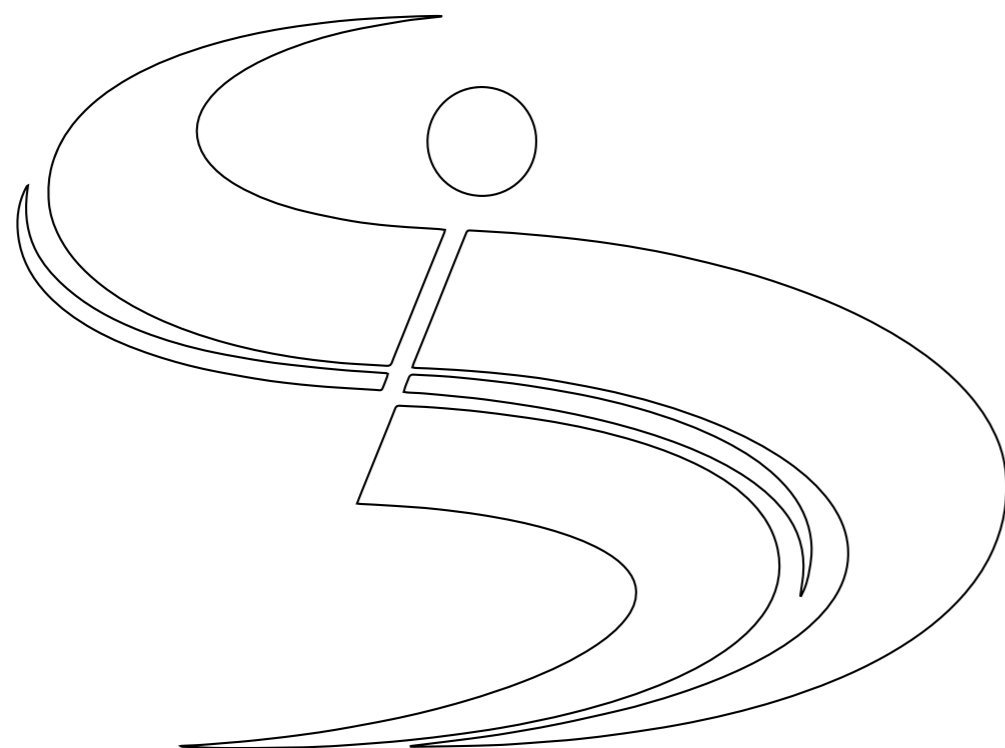


Plano de Atividades e Orçamento 2026



Plano de Atividades e Orçamento 2026

Aprovado na Assembleia-Geral ordinária da
Confederação do Desporto de Portugal de
02.12.2025

DEZEMBRO 2025

FICHA TÉCNICA

**Título:**

Plano de Atividades e Orçamento 2026 da CDP

Proprietário e Editor:

Confederação do Desporto de Portugal
Rua Eduardo Augusto Pedroso, 11-A
1495-047 Algés
PORTUGAL
tel. +351 214 113 975
cdp@cdp.pt | www.cdp.pt

Direção e Coordenação:

Direção da CDP

Colaboração:

Órgãos Sociais da CDP
Estrutura profissional da CDP

Fotografia:

Arquivo CDP

Publicação:

Dezembro 2025 (aprovado em AG, no dia 02.12.2025)

©Todos os direitos reservados à CDP

ÍNDICE



1. INSTITUCIONAL	8
Mensagem do Presidente	9
Confederação do Desporto de Portugal	13
Órgãos Sociais 2023-2027	14
Federações Filiadas: a razão de existir da Confederação do Desporto de Portugal	16
2. ATIVIDADES	20
Posicionamento estratégico	20
Aposta na consolidação do Balcão das Federações	25
Desenvolvimento e lançamento do Balcão dos Clubes	26
Formar para crescer	29
Desenvolvimento de Campanha Nacional de promoção de estilos de vida saudáveis aliados ao Desporto	32
Criação do Centro de Estudos	36
Consolidar o papel estratégico da CDP no panorama político	38
• Diagnóstico da realidade desportiva nacional	40
• Os objetivos e as reformas que se impõem	42
Valorizar o Desporto como instrumento de política e coesão social	44
O Desporto português próximo das instituições europeias e da CPLP	46
• Organização de visita ao Parlamento Europeu	47
• Enquadramento da participação na Expo 2027	48
• Continuação da execução de projetos europeus e participação ativa na ENGSO	48
• A CPLP e a Lusofonia	50
• Celebrar os êxitos desportivos concedendo-lhes visibilidade mediática	53
3. ORÇAMENTO	54

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2025 demonstrou, de forma inequívoca, que o Desporto português deve ambicionar estar no centro das decisões políticas do país. Ao longo do último ano, a Confederação do Desporto de Portugal (CDP) assumiu um papel que há muito era necessário: **o de uma instituição que fala com clareza, que exige reformas, que não abdica do interesse coletivo das Federações, que elogia o que merece ser elogiado e que critica, de forma construtiva, o que carece de ser alterado.** Com tudo isto, consolidámos, conjuntamente com as Federações desportivas, a nossa afirmação enquanto **A Voz do Desporto!**

A atividade intensa deste último ano — expressa em posicionamentos públicos firmes, em documentos estratégicos, na renovação de prioridades políticas para o setor, em reuniões com o Governo, Partidos, Autarquias e parceiros — traduziu-se em resultados concretos. **O Desporto ganhou honras ministeriais, através do novo Ministério da Cultura, Juventude e Desporto, e foi, finalmente, apresentado o Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo**, uma prioridade assumida pela CDP e pelas Federações desportivas em janeiro de 2024.

Em 2025 fizemos mais do que reivindicar: **propusemos, influenciámos, negociámos e construímos soluções.** A Cimeira de Presidentes consolidou-se como o espaço de unidade e força do movimento associativo; as tomadas de posição conjuntas exigiram critérios transparentes no financiamento; contestámos injustiças evidentes na distribuição de verbas provenientes das receitas das apostas desportivas; denunciámos prioridades orçamentais trocadas; e pedimos ambição aos partidos políticos durante a discussão do Orçamento do Estado para 2026.

Reforçámos o peso institucional da Confederação com a entrada das federações de Basquetebol, Taekwondo e Voleibol, aprofundámos a articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, estivemos presentes na *European*

Non-Governmental Sports Organisation (ENGSO) e fortalecemos pontes nacionais e europeias num momento em que o desporto pode e deve reposicionar Portugal no contexto internacional.

No plano interno, concluímos várias etapas decisivas: o lançamento do **Balcão das Federações**; o aumento da capacidade de apoio técnico da estrutura da CDP; a realização das **Cimeiras de Presidentes**, entre outros, que se tornaram momentos centrais de união, debate e concertação política.

O **Plano de Atividades e Orçamento para 2026** é, por isso, um documento que assume sem hesitações a dimensão política da CDP. O Desporto é um fator de saúde, de educação, de economia, de juventude e de coesão social — e isso exige decisões estruturais que o país não pode continuar a adiar.

Em 2026, entraremos numa nova fase: a da consolidação de instrumentos, da influência estratégica e do reforço do poder reivindicativo do setor.

O **Balcão das Federações** será reforçado e o **Balcão dos Clubes** será lançado, porque só com estruturas mais fortes garantimos um movimento associativo moderno e profissional. A transformação do Centro de Formação, o lançamento do **Manual do Dirigente Associativo Desportivo** e a criação do **Centro de Estudos para o Desenvolvimento Desportivo** constituem pilares fundamentais para que o Desporto passe a dispor da base científica, técnica e formativa que sempre lhe tem sido negada.

No plano estratégico, a CDP exigirá que o **Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo** passe do papel à prática, com metas, orçamento e escrutínio. Continuaremos a defender a entrada da CDP no **Conselho Económico e Social**, porque a ausência do setor naquele órgão é injustificável e politicamente incompreensível.

Avançaremos com uma **Campanha Nacional sobre estilos de vida saudáveis**, porque a saúde pública tem de deixar de tratar o Desporto como um elemento decorativo. Prepararemos o **Sports Summit 2027**, promoveremos uma visita de **Presidentes de Federações desportivas ao Parlamento Europeu**, e abriremos caminho para a participação portuguesa na **Expo Belgrado 2027**, dedicada a *"Play for Humanity: Sport and Music for All"*, onde o Desporto português deve posicionar-se de forma ambiciosa e estratégica.

Os próximos anos serão decisivos para o rumo do Desporto português. Temos hoje uma oportunidade histórica: um Ministério dedicado, um Plano Nacional definido, medidas estruturais finalmente em discussão e um movimento federativo mais unido, mais forte e mais consciente do seu papel de liderança no Desporto nacional.

Por isso, manteremos uma intervenção pública firme. Continuaremos a defender a introdução de um Fundo de Desenvolvimento Desportivo, com verbas provenientes das apostas desportivas; continuaremos a exigir um financiamento digno para as Federações; continuaremos a denunciar desigualdades; continuaremos a pedir reformas; e continuaremos a lembrar ao país que **não há desenvolvimento humano sem desporto, não há progresso sem políticas públicas consistentes e não há futuro sem investimento numa população ativa e saudável.**

A Confederação do Desporto de Portugal assume a responsabilidade de estar ao lado do movimento federativo com **ambição, firmeza e sentido de missão.** É isso que as Federações desportivas esperam de nós. É isso que o país precisa. E é esse o compromisso que renovamos neste Plano de Atividades e Orçamento para 2026.



DANIEL MONTEIRO

Presidente da Confederação do Desporto de Portugal



A CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL



Fundada em 1993, a Confederação do Desporto de Portugal é uma organização não-governamental, de direito privado e sem fins lucrativos, com Estatuto de Utilidade Pública desde 2009.

A CDP congrega 67 federações desportivas nacionais, prestando-lhes apoio e atuando no sentido de concertar os seus interesses, na representação do Desporto junto dos parceiros sociais e políticos, perante o Estado, a União Europeia e os organismos congêneres de outros países.

MISSÃO

Intervir na política desportiva nacional e participar nas orientações estratégicas desportivas em geral, como parceiro social, junto do Estado, com base na defesa do direito ao Desporto como fator essencial de desenvolvimento integral da pessoa humana.

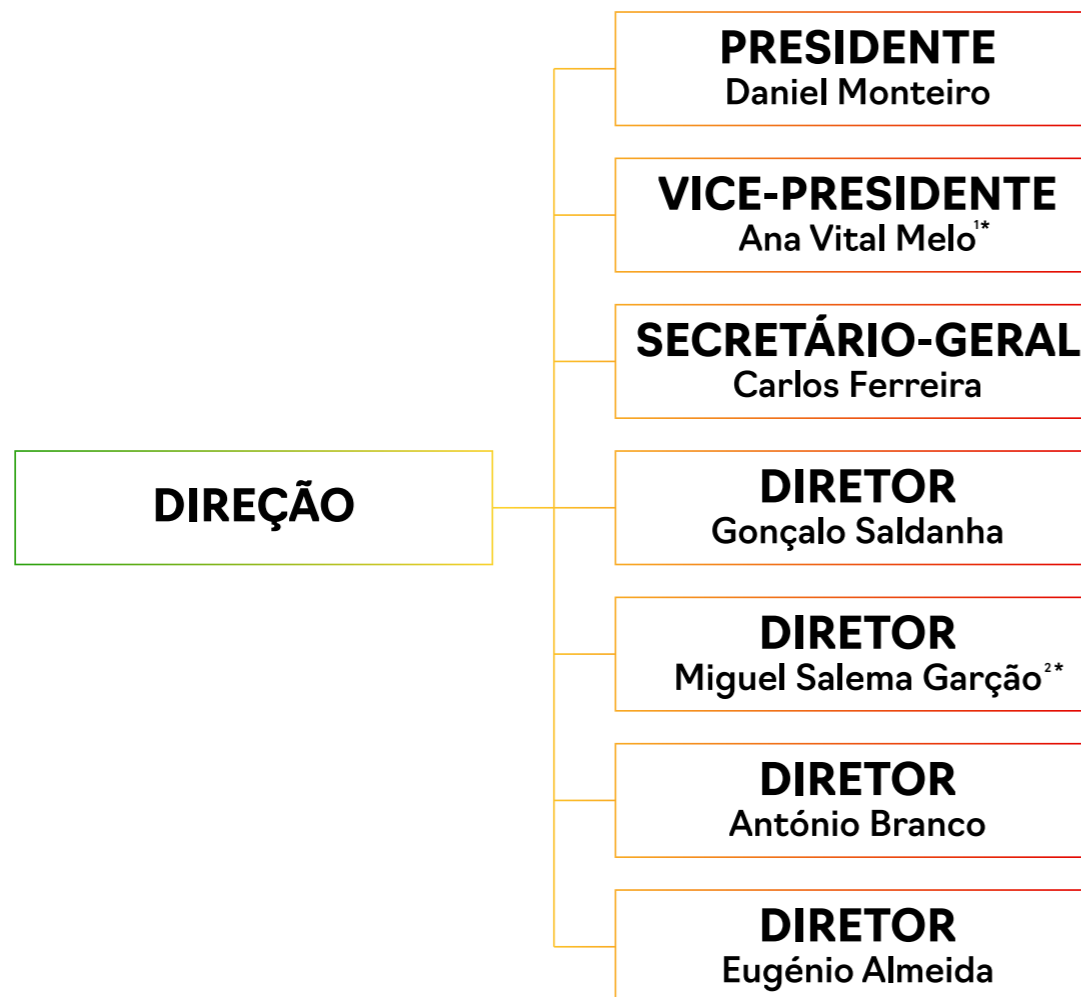
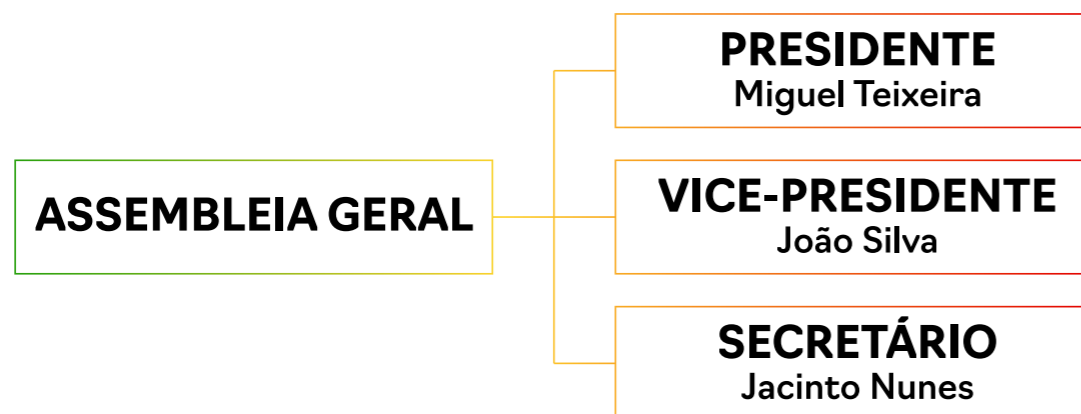
VISÃO

Contribuir para um desenvolvimento efetivo e sustentável dos índices de atividade física e de prática desportiva a nível nacional.

VALORES

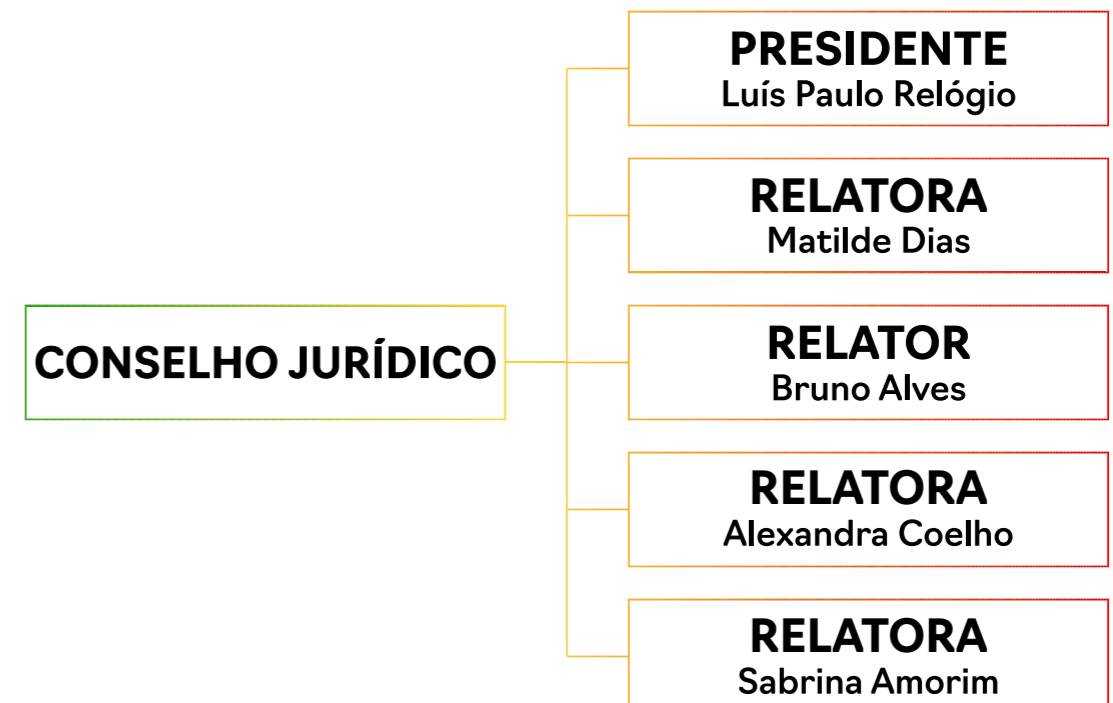
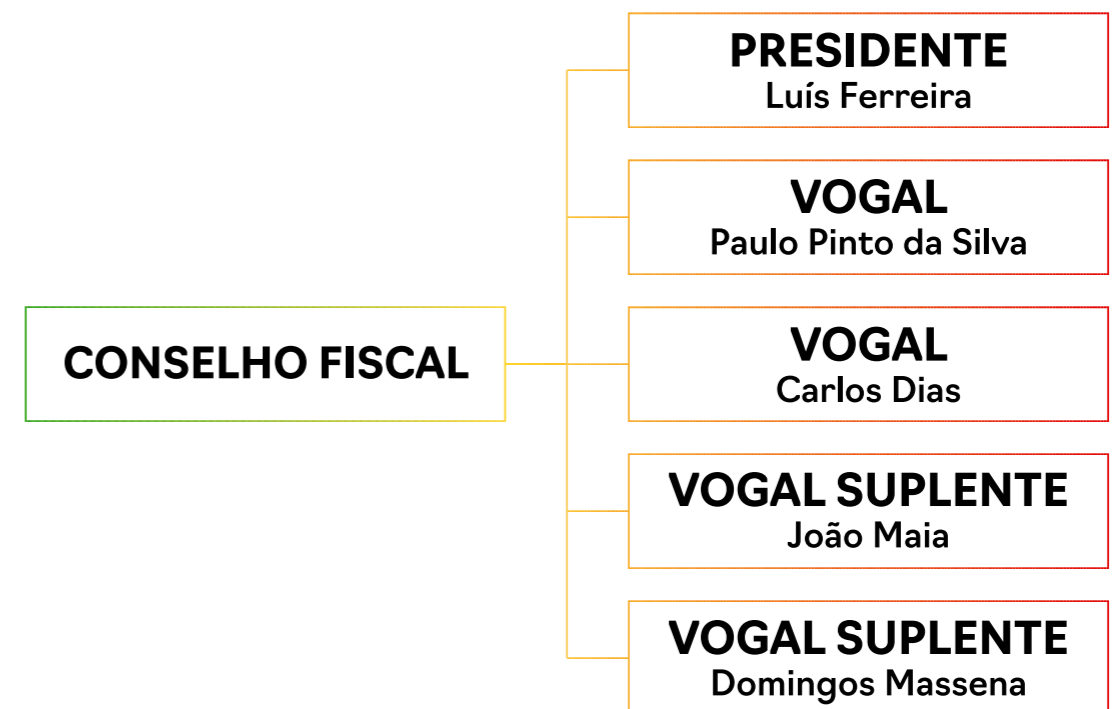
A Visão, a Missão e todas as atividades promovidas pela CDP, são suportadas em valores como a solidariedade, a transparência e a ética.

ÓRGÃOS SOCIAIS 2023–2027



^{1*}Renunciou ao cargo a 31.12.2024.

^{2*}Por razões profissionais, renunciou ao cargo a 24.10.2024.



FEDERAÇÕES FILIADAS:

A RAZÃO DE EXISTIR DA CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL



Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



Federação Académica do Desporto Universitário



Federação de Andebol de Portugal



Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal



Federação de Desportos de Inverno de Portugal



Federação Portuguesa de Boxe



Federação Portuguesa de Bridge



Federação Portuguesa de Canoagem



Federação Portuguesa de Ciclismo



Federação Portuguesa de Columbofilia



Federação de Ginástica de Portugal



Federação de Jiu-jitsu e Disciplinas Associadas de Portugal



Federação de Motociclismo de Portugal



Federação de Patinagem de Portugal



Federação de Triatlo de Portugal



Federação Portuguesa de Corfebol



Federação Portuguesa de Cricket



Federação Portuguesa de Damas



Federação Portuguesa de Dança Desportiva



Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência



Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal



Federação Equestre Portuguesa



Federação Nacional de Karaté



Federação Nacional de Squash



Federação Portugal Taekwondo



Federação Portuguesa de Escalada de Competição



Federação Portuguesa de Esgrima



Federação Portuguesa de Futebol



Federação Portuguesa de Golfe



Federação Portuguesa de Hóquei



Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas



Federação Portuguesa de Aeromodelismo



Federação Portuguesa de Aeronáutica



Federação Portuguesa de Aikido



Federação Portuguesa de Atletismo



Federação Portuguesa de Judo



Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai



Federação Portuguesa de Lohan Tao Kempo



Federação Portuguesa de Lutas Amadoras



Federação Portuguesa de Minigolfe



Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas



Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting



Federação Portuguesa de Badminton



Federação Portuguesa de Basquetebol



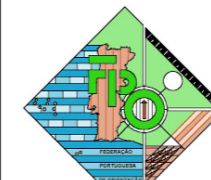
Federação Portuguesa de Bilhar



Federação Portuguesa de Motonáutica



Federação Portuguesa de Natação



Federação Portuguesa de Orientação



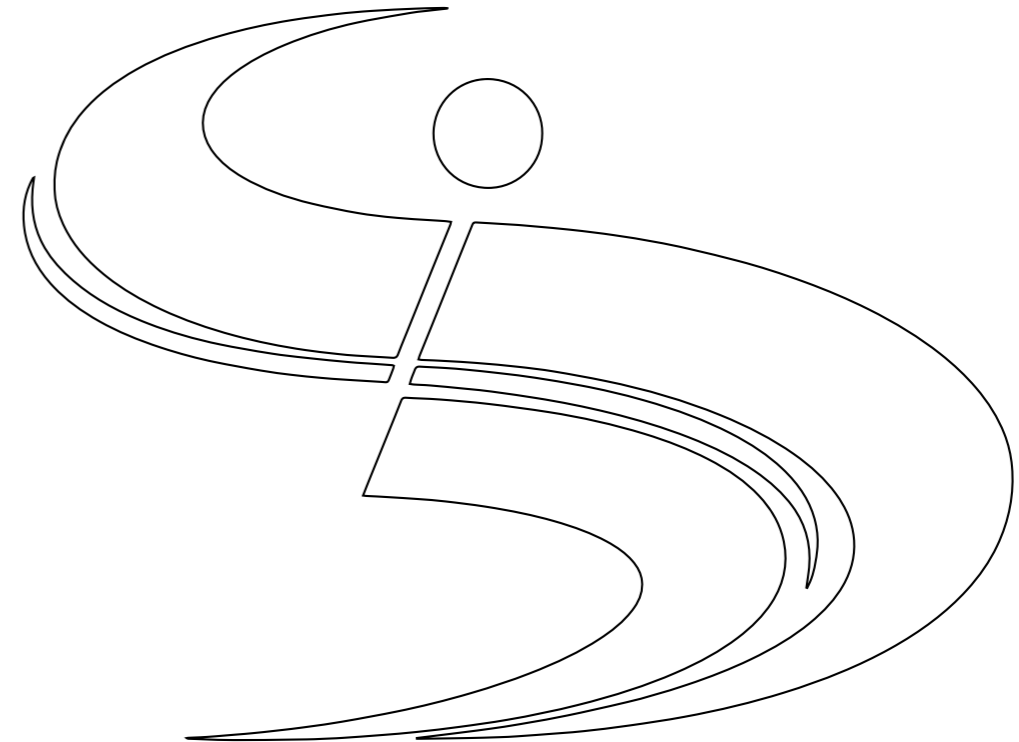
Federação Portuguesa de Padel



Federação Portuguesa de Paraquedismo

FEDERAÇÕES FILIADAS:

A RAZÃO DE EXISTIR DA CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL



POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Do cruzamento entre a natureza/missão da CDP e os princípios que norteiam a atividade diária da Instituição, imprimida pela atual Direção, pretende-se **continuar a operacionalizar o modelo de organização e de relacionamento com o movimento associativo desportivo adotados no início do mandato, com o Estado e com a sociedade portuguesa**, em geral.

O posicionamento estratégico de uma estrutura está na base daquilo a que a mesma se propõe alcançar, a curto, médio e longo prazo. Na ambição dos seus principais intervenientes está uma perspetiva de obtenção de resultados, inicialmente propostos, apresentando-se em objetivos e ações estratégicas reflexo dos objetivos da Direção.

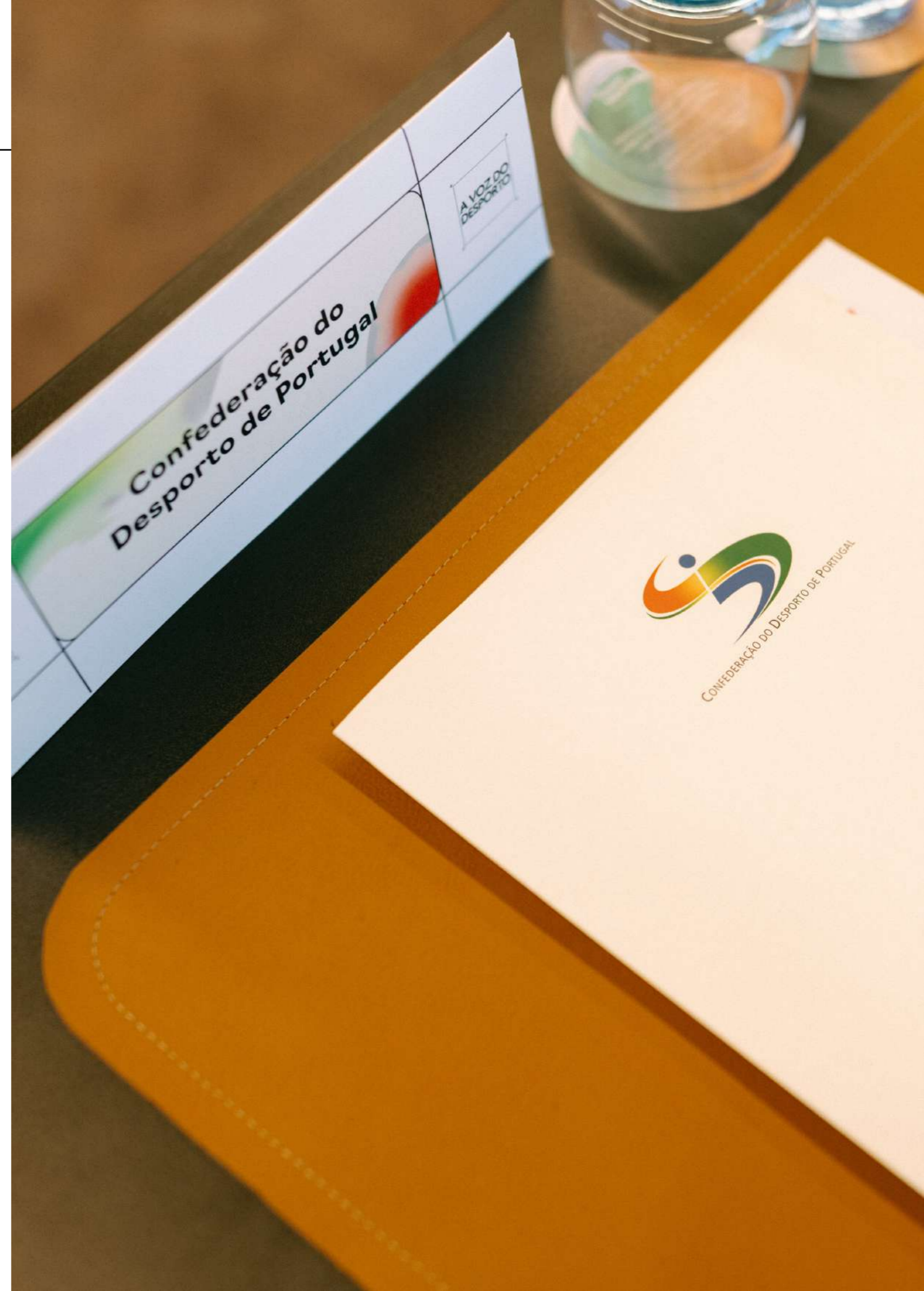
O Plano de Atividades para 2026 assume como premissa base o potencial do Desporto português, com impactos reconhecidos a nível social, educativo, económico e de saúde.


A CDP pretende dar continuidade ao **processo de reforço e consolidação da sua intervenção**, nomeadamente como:

- Um agente decisivo na construção das políticas públicas, como parceiro social do Estado em matéria desportiva;
- Uma marca credível e com notoriedade;
- Um produto diferenciador e de valor acrescentado, com participação ativa e positiva, na construção de propostas e orientações políticas, consideradas chave, para o desenvolvimento desportivo nacional.

Consequentemente, revela-se fundamental estabelecer desde já os objetivos gerais que irão nortear as atividades a desenvolver pela CDP, a saber:

- O reforço e consolidação da capacidade de intervenção da CDP como "A Voz do Desporto", concertando as respetivas posições políticas com as Federações desportivas filiadas, e adaptando/ajustando a estrutura profissional da CDP para uma melhor resposta às exigências colocadas nesta área;
- A manutenção da coordenação do Movimento Associativo Desportivo na tomada de posição, tendo por base o modelo de desenvolvimento desportivo nacional;
- A promoção ativa da atividade física e da prática desportiva, oferecidas com segurança e qualidade, como um dos principais veículos de melhoria da qualidade de vida numa sociedade moderna;
- O reforço dos mecanismos de interligação e a criação de sinergias entre as Federações desportivas e entre estas e a CDP;
- A melhoria do nível e do profissionalismo das atividades oferecidas pelas Federações desportivas aos seus clubes, atletas e restantes agentes desportivos;
- O reforço da visibilidade do Desporto nacional, promovendo a autoestima nacional e a aproximação da sociedade em geral ao Desporto;
- A promoção da qualificação dos agentes desportivos, com vista a um melhor desempenho da sua ação diária no contexto desportivo.





**CAPACITAR,
MODERIZAR E
PROFISSIONALIZAR
AS FEDERAÇÕES
DESPORTIVAS**



APOSTA NA CONSOLIDAÇÃO DO BALCÃO DAS FEDERAÇÕES

A Confederação do Desporto de Portugal pretender **alargar o campo de ação do Balcão das Federações, lançado em fevereiro de 2025**. Este serviço pretende dar resposta à necessidade de modernização e profissionalização das Federações desportivas. Através de serviços de assessoria jurídica, assessoria de imprensa e assessoria técnica para candidatura a fundos, a CDP capacitou as Federações de recursos úteis ao dia-a-dia da sua atividade.

O objetivo para 2026 é identificar as necessidades das Federações para que os serviços do Balcão sejam alargados. Sempre com o objetivo de dar a melhor e mais imediata resposta às necessidades de todos.

A CDP não é alheia às restrições financeiras que as organizações desportivas enfrentam na atualidade e, por isso, considera de extrema importância reforçar os serviços existentes no Balcão, alargando-os também a outros campos de ação.

Queremos Federações mais capacitadas, mais modernas e mais profissionais para que todas se tornem ainda mais fortes.

Para 2026, o **lançamento do Manual do Dirigente Associativo Desportivo** apresenta-se, igualmente, como uma das prioridades. Uma publicação que fornecerá informações úteis a atuais e novos dirigentes federativos em funções, com destaque para questões administrativas, legais e processuais, de relacionamento com a tutela e com parceiros e patrocinadores.

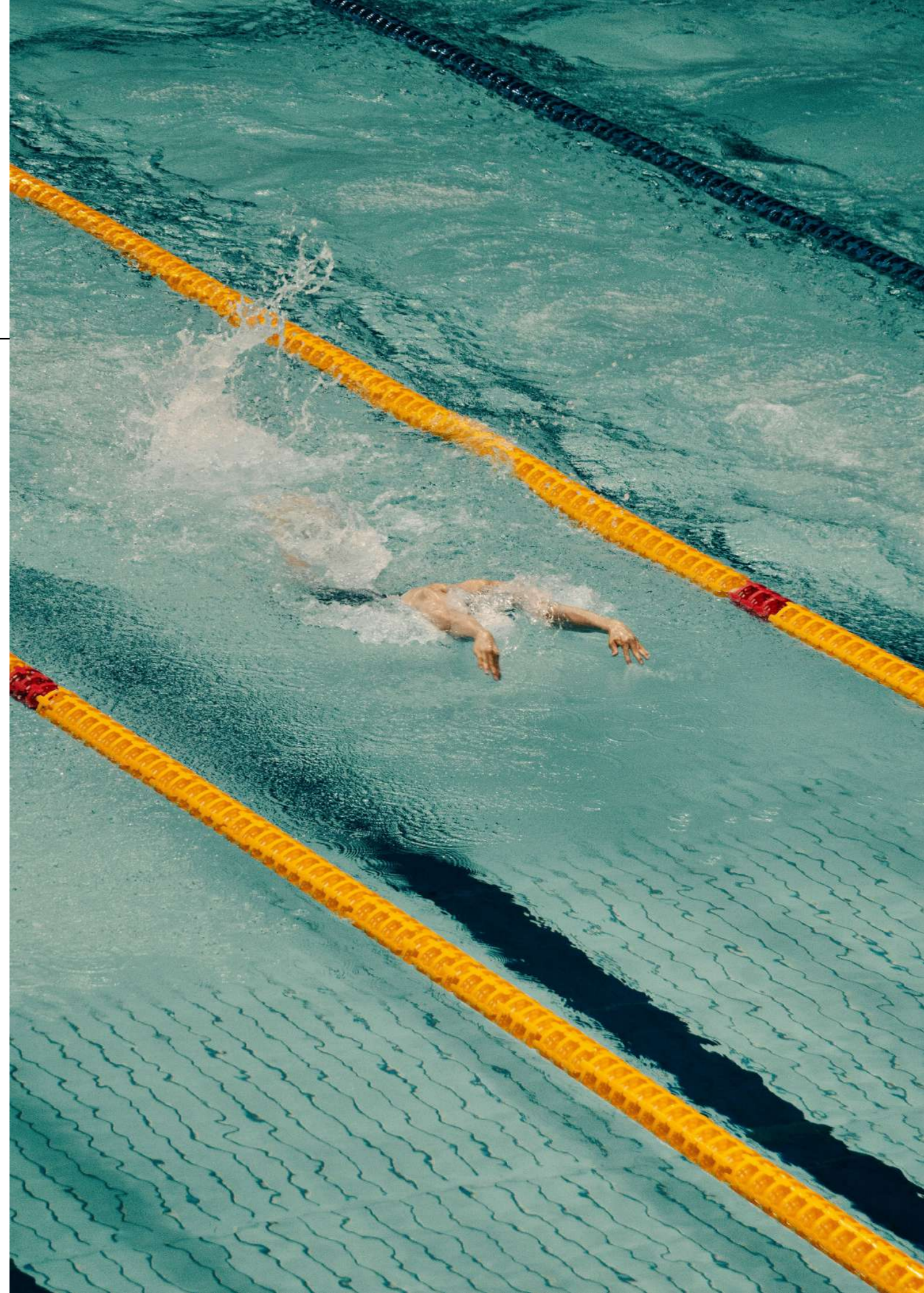
DESENVOLVIMENTO E LANÇAMENTO DO BALCÃO DOS CLUBES

O Balcão dos Clubes pretende ser uma plataforma online de relação entre a Confederação do Desporto de Portugal e os Clubes Desportivos, em que estes têm acesso a serviços de suporte à sua atividade regular e diária.

O objetivo da criação de um balcão eletrónico é o de apoiar ativamente os clubes desportivos em áreas de suporte, consideradas deficitárias, e às quais a Confederação do Desporto de Portugal responderá, através dos seus colaboradores e prestadores de serviços.

De acordo com o levantamento efetuado, junto das Federações desportivas e de outros stakeholders com relação direta ou indireta com o meio federativo, foi possível identificar que a Assessoria Técnica para candidaturas a Fundos é a principal área de suporte à atividade dos clubes desportivos com défice de recursos próprios nas respetivas estruturas internas.

É aqui que o Balcão dos Clubes pretende atuar, disponibilizando o serviço às autarquias para que estas o coloquem ao serviço dos seus clubes, sendo depois a CDP responsável pela resposta personalizada a todos os pedidos, à imagem do que é feito, atualmente, no Balcão das Federações.





FORMAR PARA CRESCER

A formação e capacitação dos agentes desportivos é uma das âncoras fundamentais, como meio e suporte ao desenvolvimento desportivo e à oferta de Desporto às comunidades, com cada vez melhor qualidade e confiabilidade.

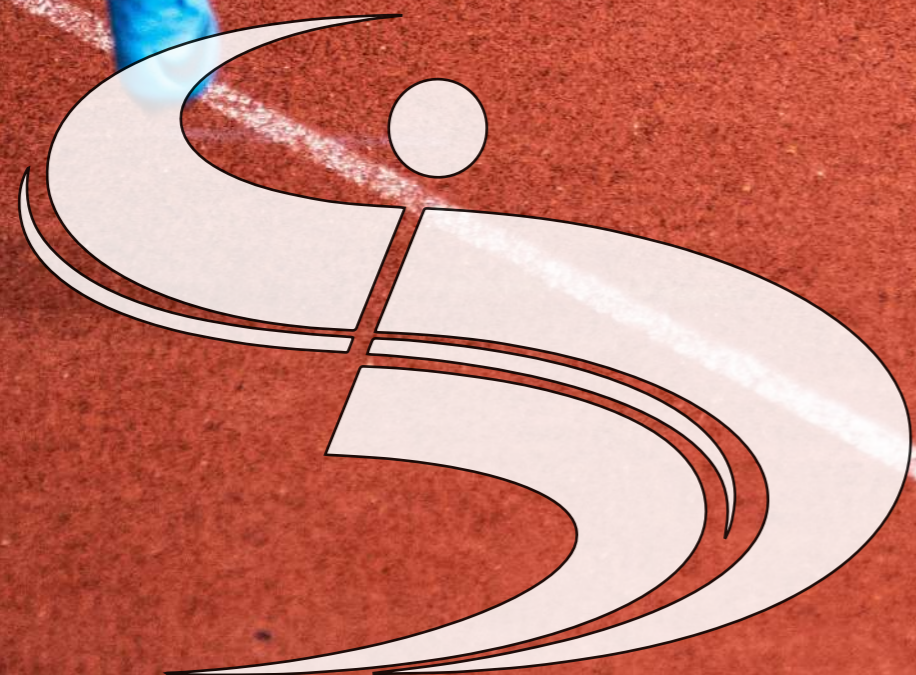
Para 2026, a CDP pretende:

- **Concluir o rebranding do Centro de Formação**, ativando uma nova marca e um novo produto, mais atrativo e credível.

Com novos cursos, nova plataforma digital e oferta de formações em regime presencial, online e/ou híbrido são as apostas do renovado Centro de Formação. É objetivo da CDP estabelecer parcerias com instituições de Ensino Superior, autarquias, organizações representativas de setores e/ou classes profissionais, órgãos de comunicação social, entre outros, para alargar a abrangência formativa.

- Prosseguir com a **realização de formação financiada, em três regiões (Alentejo, Centro e Norte), no âmbito do Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (Pessoas2030)** e no seguimento de uma candidatura submetida e aprovada durante o ano de 2024.

Este projeto iniciou-se em 2025, está em execução até final de 2027, e contemplará a realização de ações modulares certificadas, com vista ao desenvolvimento das competências profissionais dos participantes, permitindo também que estes possam iniciar ou retomar processos conducentes ao aumento das suas qualificações escolares e/ou profissionais.



SAÚDE E DESPORTO:
ALIANÇA PARA O
FUTURO DO PAÍS

DESENVOLVIMENTO DE CAMPANHA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS ALIADOS AO DESPORTO

A saúde e a prática desportiva são vetores complementares e inseparáveis do desenvolvimento individual e coletivo. Alinhar o desporto com políticas de promoção da saúde potencia e melhora os indicadores de bem-estar físico e mental da população e reforça a missão da CDP de promover o direito ao desporto enquanto instrumento de desenvolvimento integral.

Propomos, assim, o desenvolvimento de uma ***Campanha Nacional de Promoção de Estilos de Vida Saudáveis*** dirigida prioritariamente à população jovem, mas estruturada também em torno de vários quadrantes da sociedade que tenham a capacidade para influenciar comportamentos. Falamos de profissionais de saúde, docentes, educadores, técnicos, dirigentes, famílias, entre outros.

Os objetivos da campanha passam por sensibilizar para a importância da saúde mental, da atividade física, da alimentação saudável, da educação e da prevenção de comportamentos aditivos. A articulação com o Centro de Estudos para o desenvolvimento do Desporto, que a CDP se propõe criar, permitirá alinhar intervenções locais, partilhar boas práticas e direcionar a campanha para públicos específicos que tenham sido identificados.





CONSOLIDAÇÃO
DO PAPEL
ESTRATÉGICO DO
DESPORTO NA
SOCIEDADE E NA
POLÍTICA

CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS

A CDP continuará a dar sequência ao trabalho desenvolvido no ano anterior, no que diz respeito ao reforço da articulação entre o movimento federativo, os clubes e as autarquias, procurando responder de forma estruturada às preocupações manifestadas ao longo de 2025, nomeadamente a clarificação de prioridades no desenvolvimento desportivo local e o fortalecimento das capacidades técnicas e estratégicas das entidades desportivas.

Pretendemos assim criar um **Centro de Estudos para o Desenvolvimento Desportivo em parceria com as Autarquias**. Será uma estrutura estratégica de investigação, reflexão e produção de conhecimento orientada para o desenvolvimento do Desporto em Portugal. Inserido no âmbito da atividade da CDP, o seu papel assume-se como catalisador de políticas, práticas e inovação no âmbito do desporto federado e do associativismo desportivo.

A sua missão é aprofundar a interpretação dos desafios específicos do ecossistema desportivo nacional — desde a base ao alto rendimento —, contribuindo com investigação empírica, estudos comparativos, propostas para o poder público e ferramentas de apoio aos agentes do setor (clubes, federações, municípios e instituições de ensino superior).

O Centro de Estudos apoiar-se-á em três eixos fundamentais:

- Investigação e conhecimento através da produção de estudos de interpretação do Desporto português;
- Formação e capacitação através de iniciativas para dirigentes, técnicos, clubes e outras entidades desportivas;
- Política e advocacy dando suporte técnico-científico à definição de políticas públicas e estratégias integradas.



CONSOLIDAR O PAPEL ESTRATÉGICO DA CDP NO PANORAMA POLÍTICO

Nos últimos anos, a intervenção política do movimento associativo desportivo tem vindo a consolidar-se, refletindo o papel agregador e estratégico da CDP. A Confederação tem desempenhado uma função essencial na concertação de posições entre as federações desportivas e na sua representação junto do Governo e de outras entidades públicas, assegurando uma participação equitativa e estruturada.

Com base nessa legitimidade representativa, cabe à CDP reforçar o envolvimento do movimento associativo na definição, execução e avaliação das políticas públicas para o setor, promovendo uma atuação conjunta e coerente. Este papel deve continuar a ser exercido numa postura proativa e construtiva, sustentada em evidência técnica, mas também reivindicativa, garantindo que o desporto ocupa o lugar que lhe é devido nas agendas políticas e sociais.

Ao assumir esta responsabilidade, a CDP pretende reafirmar-se como parceira estratégica do Estado e das autarquias, contribuindo para uma governação mais integrada e participada do sistema desportivo.

Para isso, propõe-se a continuação da **organização de Cimeiras de Presidentes de Federações desportivas** com carácter regular, para

discussão da realidade desportiva nacional, análise às propostas de reformas apresentadas pelo Governo e aprovação de tomadas de posição conjuntas, sobre as mais variadas matérias que envolvam o setor do Desporto.

Tal como aconteceu em 2025, pretende-se contar com a presença dos decisores políticos nas Cimeiras, sempre que se revele pertinente. O facto de o Desporto ter agora honras ministeriais traz novas responsabilidades, e cabe à CDP acompanhar e garantir que essas responsabilidades são efetivamente cumpridas.

É também objetivo **contar com o próximo Presidente da República em pelo menos uma Cimeira em 2026**, ficando Sua Excelência com a responsabilidade de presidir a um destes momentos de grande importância para o Desporto e Política nacionais.

Com o objetivo de reforçar e consolidar a valorização política do Desporto e de lhe conferir a representação que merece, como importante setor de atividade do Estado que é, **a Confederação do Desporto de Portugal continuará a insistir na sua inclusão no Conselho Económico e Social.**



Ainda no âmbito das representações institucionais, continuará a ser assegurada a participação nos seguintes órgãos:

- Conselho Nacional do Desporto (CND), através do Presidente da Direção, Daniel Monteiro;
- Conselho Consultivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (IPDJ, IP), através do Presidente da Direção, Daniel Monteiro;
- Conselho Consultivo da Autoridade Anti-dopagem de Portugal (ADOP), através do Diretor da Direção, Gonçalo Saldanha;
- Conselho Consultivo da Autoridade Para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD), através do Secretário-Geral da Direção, Carlos Dias Ferreira;
- Conselho de Arbitragem Desportiva do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), através do Presidente do Conselho Jurídico, Luís Paulo Relógio e Ana Vital de Melo;
- Conselho de Fundadores e Curadores da Fundação do Desporto, através do Presidente da Direção, Daniel Monteiro;
- Conselho de Administração da Fundação do Desporto, através de Anabela Reis;
- Conselho Nacional do Associativismo Popular (CNAP);
- Confederação Portuguesa de Voluntariado (CPV).



DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DESPORTIVA NACIONAL

De acordo com dados da Pordata, Portugal apresentava um total de 773.800 praticantes desportivos, com referência a 2023, o equivalente a pouco mais de 7% da população portuguesa. É certo que este número até tem vindo a crescer, de ano para ano, mas não o suficiente para acompanhar o pelo-tão da frente dos países da União Europeia.

O ritmo lento de crescimento do Desporto em Portugal tem colocado o país, irremediavelmente, na cauda dos países da União Europeia, como o país com menor percentagem da população com atividade física ou desportiva regular, tal como reflete o mais recente estudo do Eurobarómetro, apresentado pela Comissão Europeia em 2022.

Estes ténues progressos são justificados pela ausência de reformas estruturais no Desporto nacional, nos últimos anos. Com a(s) receita(s) de sempre, dificilmente poderíamos esperar resultados diferentes.

As alterações normativas e de funcionamento que o setor tem vindo a sofrer, foram sendo produzidas de forma parcelar, avulsa e sem inte-

gração numa estratégia de fundo de valorização e desenvolvimento do Desporto em Portugal. Da década de 80 para cá, ao transferir as responsabilidades de gestão e organização do Desporto para o movimento associativo, o Estado central foi, progressivamente, afastando-se da gestão estratégica do projeto desportivo do país. E, por consequência, o Desporto foi perdendo peso e relevância social e política.

Se por um lado, com a criação deste novo paradigma de delegação completa dos poderes de organização do Desporto no movimento associativo, as federações desportivas “ganham” competências e responsabilidades, por outro não lhes foram conferidos os meios técnicos e financeiros necessários para a concretização da missão que o Estado lhes confiou.

O que está em causa não é o modelo de desenvolvimento desportivo, assente na promoção do Desporto pela via associativa e com a sociedade civil a ser o motor dessa dinamização. O que se condena é a delegação dessa responsabilidade nas federações desportivas nacionais, sem que o Estado coordene a implementação de uma política nacional, dotando os agentes associativos dos meios necessários para a conseguir.

O Estado central deixou o movimento associativo, praticamente, entregue à sua sorte, assumindo que com os recursos que lhe destinava o setor conseguia sobreviver. E, na medida do possível, foi conseguindo, à custa, essencialmente, do capital voluntário da grande maioria dos agentes desportivos, das autarquias e das famílias, que se foram substituindo ao Estado central no financiamento do setor.

O que o Desporto não conseguiu foi elevar o nível e adaptar-se aos novos tempos, profissionalizar-se e democratizar-se, ser competitivo e atrativo face a outras atividades entretanto criadas com a era digital e conquistar, definitivamente, as famílias e os mais novos, na ocupação dos seus tempos livres, como elemento insubstituível na Educação, na aprendizagem de valores humanos e na integração social.

A Escola foi negligenciando a atividade física e a prática desportiva, principalmente no 1º ciclo de escolaridade. E os clubes de índole local, sem recursos, não foram dispendo, de uma forma geral, de uma organização profissional e de técnicos e treinadores qualificados.

Partimos de uma realidade de atividade motora infantil e desportiva juvenil extremamente débil, realidade que se acentua nas etapas seguintes da formação e da preparação desportiva dos praticantes, para não mais se recuperar os défices criados na base.

Recentemente, o Governo apresentou o Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo, uma das prioridades políticas apresentadas pela CDP em janeiro de 2024 e, mais tarde, renovada em abril de 2025. Trata-se de um Plano abrangente, que toca em várias das áreas e sub-áreas do processo de desenvolvimento desportivo, traçando metas e objetivos a médio (4 e 8 anos) e a longo prazo (12 anos). Em articulação com as Federações Desportivas, **a CDP acompanhará a implementação deste Plano**, garantido que o mesmo é desmultiplicado por modalidade, através das respetivas Federações, e exigindo os recursos necessários à sua implementação.

OS OBJETIVOS E AS REFORMAS QUE SE IMPÕEM

Impõe-se que Portugal construa uma verdadeira política desportiva nacional, assente no princípio básico do Desporto como veículo para o desenvolvimento humano, capaz de responder a **2 objetivos fundamentais**:

1. Mais praticantes, formais e informais, com atividade desportiva segura e de qualidade, de forma regular, transversal a todas as idades, níveis de desempenho e famílias, independentemente da sua situação socioeconómica.

2. Maior competitividade e melhores resultados nas representações internacionais, por parte da nossa elite desportiva e seleções nacionais, que lutem de igual para igual com as elites dos outros países.

Estes dois domínios da prática desportiva conjugam a quantidade e a qualidade ou, por outras palavras, o crescimento com o desenvolvimento.

Num país e numa sociedade desenvolvida, estes dois pilares têm obrigatoriamente de coexistir. De nada serve a um país obter grandes resultados desportivos, por via dos seus atletas de elite, se o mesmo não assumir e entender a importância de uma política de democratização de acesso ao Desporto, como veículo de desenvolvimento social e cívico.

Queremos e precisamos, em suma, de mais e melhor Desporto. E isso implica reformar, modernizar e dotar as organizações desportivas de melhores condições, de forma que estas possam oferecer mais e melhor Desporto, sendo, assim, fundamental para 2026:

- **A construção de um novo modelo de financiamento plurianual ao Desporto**, que, por um lado, alargue as fontes de financiamento público às receitas fiscais arrecadadas pelo Estado e ofereça previsibilidade financeira às organizações desportivas e, por outro, estabeleça novos critérios à distribuição de verbas.

- Pela abrangência e representatividade que tem, **a Confederação do Desporto de Portugal assume-se como um dos intervenientes nucleares na relação com o Governo**, exigindo, igualmente, que sejam dadas respostas aos seguintes desafios:

- **Reforço da dotação financeira ao Desporto**, através do alargamento das fontes de financiamento público do setor, à receita fiscal do Estado, para o cumprimento das ações que estão previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo

- **Massificação/democratização da prática desportiva** devidamente enquadrada, independentemente do género ou da idade, reforçando o papel das federações desportivas, associações, clubes e autarquias neste objetivo;

- **Valorização progressiva da Educação Física e do Desporto praticado na escola no seio do ensino básico e secundário**, como forma de aumentar a literacia física e motora das nossas crianças e jovens e de definir a escola como primeiro ponto de contacto obrigatório entre estes e o Desporto;

- **Maior cooperação entre o Desporto escolar e o Desporto federado**, prevendo a organização de quadros competitivos integrados, de acordo com o nível competitivo, promovendo assim uma participação “mista” (Desporto Escolar e Desporto Federado) em idades de formação;

- **Valorização do papel dos clubes de base local**, reforçando os programas de financiamento com vista à sua profissionalização, tanto ao nível da gestão administrativa e financeira, como das componentes técnicas;

- **Implementação do pacote de reforma fiscal**, denominado Propostas de Alteração à Legislação Fiscal Vigente e Aplicável ao Desporto, aprovado em Cimeira de Presi-

dentes de Federações Desportivas, de dia 20 de outubro de 2025, e apresentado ao Governo e aos Partidos políticos;

- **Reformulação e consequente valorização do papel crucial dos dirigentes desportivos voluntários** e, desde logo, do DL n.º 267/95 de 18 de outubro;

- **Transição estável para o pós-carreira dos atletas de alto rendimento**, devidamente salvaguardada através da celebração de contratos sociais com universidades, empresas ou unidades militares e da contractualização com entidades da administração pública, ou da sua esfera, protocolos que sirvam de suporte ao início da carreira profissional dos atletas e/ou à sua continuidade.



VALORIZAR O DESPORTO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA E COESÃO SOCIAL

O Desporto afirma-se hoje, cada vez mais, como um pilar essencial da sociedade portuguesa. A sua influência ultrapassa largamente o âmbito competitivo, refletindo-se em áreas tão decisivas como a Saúde, a Educação, a Coesão Social e a Economia. Independentemente de orientações políticas, origens sociais ou sensibilidades culturais, é hoje indiscutível que o Desporto gera valor, cria oportunidades e contribui de forma decisiva para o bem-estar coletivo e para o desenvolvimento do país.

Contudo, essa importância, amplamente reconhecida, continua a não ser traduzida no estatuto político que o setor merece. Falta ainda que o Desporto seja plenamente assumido como uma prioridade nacional, com políticas estruturadas, visão de longo prazo e investimento compatível com o seu impacto social e económico.

Essa é uma reflexão que deve mobilizar todos os agentes desportivos e decisores públicos:

SE O DESPORTO É UMA DAS MAIORES FORÇAS TRANSFORMADORAS DA SOCIEDADE, PORQUE CONTINUA A SER TRATADO COMO UMA ÁREA COMPLEMENTAR?

A Confederação do Desporto de Portugal defende que este é o momento de colocar o Desporto no centro da agenda política e social. Isso implica sensibilizar a opinião pública, demonstrar o retorno do investimento no setor, e envolver mais cidadãos, empresas e instituições na sua promoção e defesa. Investir no Desporto é investir na saúde, na educação, na economia e no futuro de Portugal.

Tendo isso em consideração pretende-se, em 2026, realizar as seguintes ações:

- **Lançamento de um Estudo de impacto económico do Desporto**, desenvolvido com rigor técnico e científico por uma consultora e/ou em parceria com uma instituição de Ensino Superior, com o objetivo de demonstrar aos decisores políticos e à sociedade a relevância do setor na economia nacional e o retorno positivo do investimento público realizado no Desporto;
- **Preparação do Sports Summit 2027**, com o objetivo de afirmação como um contributo do movimento associativo desportivo para o debate em torno do desenvolvimento, da inovação e da qualificação do Desporto em Portugal.

O encontro procurará reunir responsáveis políticos, agentes económicos e representantes do setor desportivo – desde atletas, treinadores e equipas técnicas, até dirigentes, gestores e demais profissionais ligados ao apoio à prática desportiva – valorizando igualmente a participação dos adeptos e de todos os que vivem o Desporto com paixão e compromisso.

A VOZ DO
DESPORTO



CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

A VOZ DO
DESPORTO



CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL



A VOZ DO
DESPORTO

CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

O DESPORTO PORTUGUÊS PRÓXIMO DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS E DA CPLP

Portugal integra a União Europeia, antiga Comunidade Económica e Europeia, desde 1986, com um histórico de crescimento e desenvolvimento enquanto país, em várias áreas, por intervenção e ação diretas de fundos comunitários.

Pese embora, historicamente, o peso do Desporto nas instituições europeias possa ser classificado de muito ligeiro, os últimos anos vieram inverter essa tendência.

O Livro Branco do Desporto, de 2007, foi considerado como sendo o primeiro documento político da Comissão Europeia sobre o setor, sendo, mais tarde, com o Tratado de Lisboa de 2009 que se introduz um artigo específico sobre o Desporto (Art.º 165 TFEU), que passa a conferir à UE competências legais no domínio do Desporto.

Importa ainda relevar que, em maio de 2011, os Ministros de Desporto da União Europeia adotaram o primeiro Plano de Trabalho (EU Sport Work Plan 2011-2014), sendo criados seis grupos com vista à implementação transversal do mesmo nos diversos subsectores e nas áreas com intervenção no Desporto.

Também na mais recente composição do colégio de comissários dos 27 Estados-Membros, o Desporto volta a merecer uma das pastas, ainda que partilhada com a Equidade Intergeracional, a Juventude e a Cultura, sendo mais um dos sinais para o progressivo aumento de relevância do setor na composição, orgânica e funcionamento das instituições europeias.

Assim, para 2026, estão previstas as seguintes ações:

ORGANIZAÇÃO DE VISITA AO PARLAMENTO EUROPEU

No quadro da sua estratégia de afirmação política, **a CDP prevê a realização de uma visita institucional ao Parlamento Europeu, acompanhada por uma comitiva composta por Presidentes de Federações Desportivas nacionais.** Esta iniciativa enquadra-se no esforço continuado em reforçar o diálogo político e técnico com as instâncias europeias, promovendo a integração do Desporto português nas dinâmicas e programas comunitários que visam o desenvolvimento sustentável do setor.

O objetivo central desta visita é o aprofundamento das relações institucionais com os Deputados portugueses ao Parlamento Europeu e com representantes da Comissão Europeia, **assegurando uma voz ativa do movimento desportivo na-**

cional nos processos de decisão que influenciam o desporto no espaço europeu. Pretende-se, assim, contribuir para a construção de posições concertadas e compromissos comuns relativamente às metas e políticas definidas pela União Europeia para o desenvolvimento do desporto.

Paralelamente, esta deslocação servirá para aprofundar o conhecimento sobre os programas e instrumentos financeiros europeus disponíveis para o setor.

A visita constituirá igualmente um momento de promoção da imagem e do valor do Desporto português junto das instituições europeias, reforçando o reconhecimento da Confederação como porta-voz legítimo e estruturado do movimento federativo nacional.

ENQUADRAMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA EXPO 2027

A CDP pretende, em 2026, desenvolver contactos institucionais com vista à **participação de Portugal na EXPO Belgrado 2027**, dedicada ao tema “*Play for Humanity – Sport and Music for All*”.

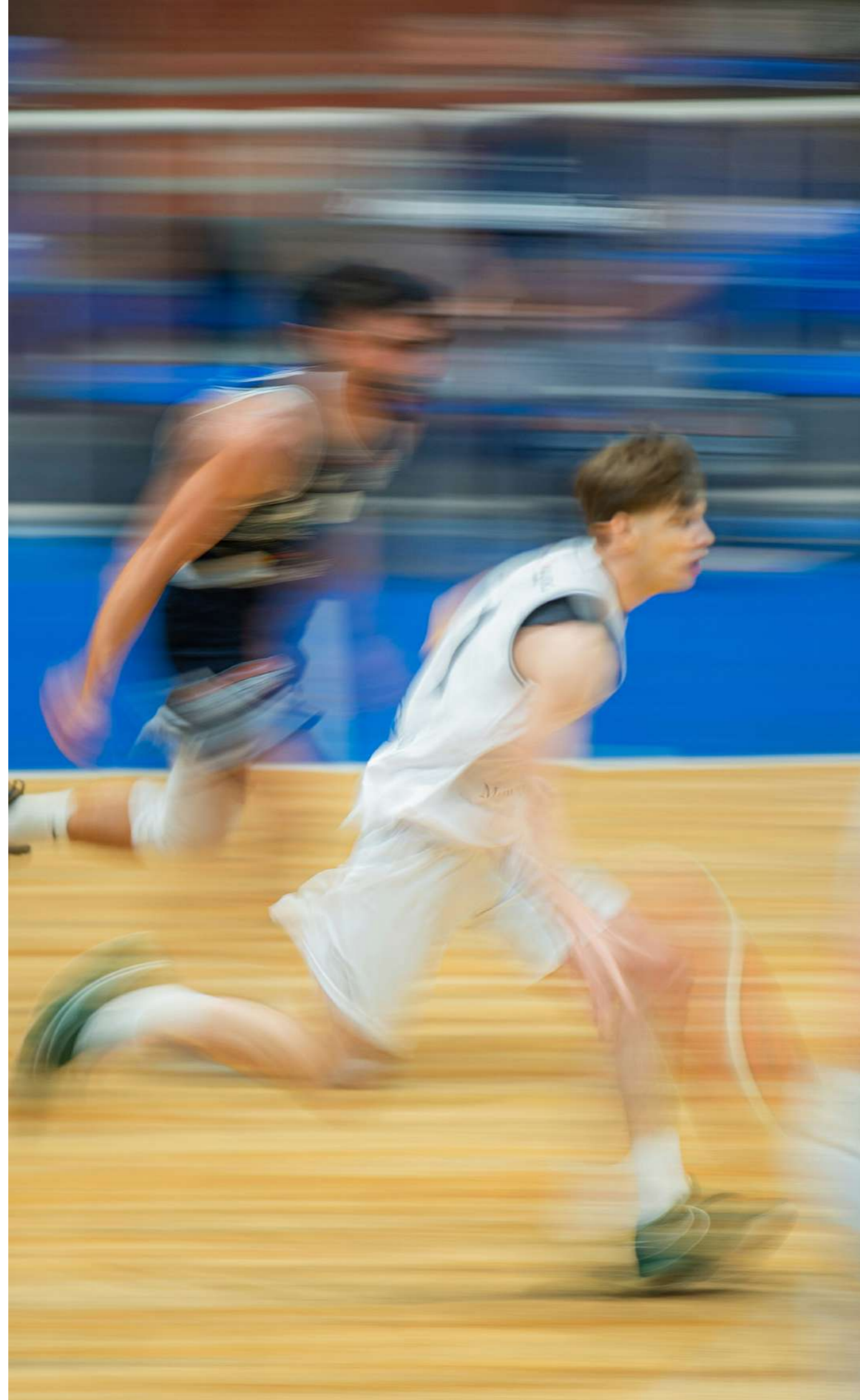
Neste âmbito, foi já iniciado diálogo com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), entidade responsável pela coordenação da presença nacional em Exposições Internacionais, com o objetivo de avaliar **formas de cooperação que permitam valorizar o Desporto como vetor da imagem externa de Portugal**.

A CDP acredita que a temática da EXPO oferece uma oportunidade estratégica para projetar internacionalmente o Desporto português, associando-o à inovação, à cultura e à diplomacia económica, e promovendo a visibilidade de marcas, empresas e organizações nacionais do setor.

CONTINUAÇÃO DA EXECUÇÃO DE PROJETOS EUROPEUS E PARTICIPAÇÃO ATIVA NA ENGSO

A continuação da **execução do projeto “European Youth and Sport Together” (EU-YOUSPORT), liderado pela European Non Governmental Sports Organisation (ENGSO)**, cuja candidatura ao programa Erasmus+ foi aprovada no ano de 2024, é outra das prioridades para 2026. Esta iniciativa surge da necessidade de integrar as políticas de juventude e melhores práticas no setor do Desporto, e promover ainda mais a participação eficaz e significativa dos jovens na Governação do Desporto.

Como tal, o projeto visa apoiar o estabelecimento de mecanismos de participação/representação juvenil (conselhos/comités/conselhos de juventude) nas estruturas de governação e nos processos de tomada de decisão das Organizações Desportivas, ao mesmo tempo que as sensibiliza e capacita para a necessidade de implementar medidas eficazes e formas significativas de participação dos jovens nas suas ações e atividades (programas para jovens; voluntariado; educação entre pares; educação não formal através do Desporto, entre outras).



Além disso, propõe-se desenvolver uma Rede Europeia de Juventude e Desporto, que represente as vozes das Organizações de Juventude e Desporto, colmatando assim a lacuna de cooperação entre os dois setores.

São parceiros deste projeto os seguintes organismos: European Non-Governmental Sports Organization Youth (Suécia), Confederação do Desporto de Portugal, European University Sports Association (Eslovénia), Cyprus Youth Council (Chipre), Organizzazione per l’educazione allo Sport (Itália), German Sports Youth (Alemanha) e Finnish Olympic Committee (Finlândia).

Também será mantida a execução do **projeto europeu KESCAB Online Hub**, que visa desenvolver uma plataforma online de nível mundial para apoiar o movimento mais amplo do Desporto para Todos e da atividade física através de uma cooperação intersectorial reforçada e de uma rede de serviços de aconselhamento em Educação, Desporto e Tecnologia. Iniciado em janeiro de 2024, o projeto deverá estar concluído em dezembro de 2026.

São parceiros deste projeto os seguintes organismos: The Association for International Sport for All (Alemanha), Confederação do Desporto de Portugal, International Olympic Committee (Suíça), The International Council of Sport Science and Physical Education (Alemanha), España se Mueve (Espanha), Sports Union of Slovenia (Eslovénia), Knowledge Centre for Sport and Physical Activity Netherlands (Países Baixos), Laureus Sport For Good Foundation (Inglaterra), Le Comité National Olympique Et Sportif Français (França), Serviço Social do Comércio – São Paulo (Brasil), Africa Union Sports Council Region 5 (Botswana), TIBU Africa (Marrocos), Sport for Life Canada (Canadá) e Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Alemanha).

Como tem vindo a ser feito, a CDP pretende continuar a participação nas Assembleias Gerais, fóruns de discussão e reflexão e outros eventos promovidos pela European Non-Governmental Sports Organisation, da qual a Confederação do Desporto de Portugal é membro desde 1995.

Para isso, será também importante assegurar a continuidade de representação institucional no Comité Executivo da European

Non-Governmental Sports Organisation (ENG-SO), através de Filipa Godinho, atual Vice-Presidente do organismo reeleita em 2025 para um mandato que se prolongará até 2029.

A CPLP E A LUSOFONIA

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi estabelecida através da Declaração Constitutiva de 17 de julho de 1996, na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que decorreu em Lisboa. Nessa cimeira reuniram-se Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, como Países fundadores.

O primeiro alargamento da CPLP decorreu da adesão de Timor-Leste, que se tornou o seu oitavo país membro, em 20 de maio de 2002, na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília. Em 2016, a Guiné Equatorial tornou-se

o 9.º Estado-membro de pleno direito, através da entrega da carta de ratificação dos Estatutos da CPLP na XI Cimeira, em Brasília.

A CPLP tem três linhas de ação fundamentais: a concertação político-diplomática, a cooperação em diferentes domínios e a promoção e a difusão da língua portuguesa. Nos seus Estatutos a CPLP é definida como “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”.

A CPLP assume-se como um projeto político cujo fundamento é a língua portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Estados-membros, que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo mesmo idioma.

Os Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foram instituídos em 1990, ao abrigo do Acordo Multilateral de Cooperação (nº 2

do Artigo 10º) para o Desporto daquela comunidade. Tal entendimento foi rubricado a 20 de janeiro, em Lisboa, pelos Estados de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. O Brasil esteve presente, mas apenas com o estatuto de observador. Desde então já se realizaram onze edições dos Jogos Desportivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Reconhecendo no Desporto um fator cultural indispensável à formação plena da pessoa humana e consequentemente ao desenvolvimento da sociedade, o surgimento dos Jogos da CPLP veio dar corpo a um dos principais instrumentos da Cooperação na comunidade lusófona. Estabelece o Regulamento dos Jogos da CPLP, que não haverá países vencedores em cada edição do certame, porque quem vencerá será a comunidade. O grande objetivo dos Jogos Desportivos da CPLP (Art.º 11.º Eventos da área do Desporto) é o de reforçar a solidariedade entre os povos dos estados-membros da CPLP.

Desta forma, ***prevê-se para 2026 o início da preparação da participação nos XIII Jogos Desportivos da CPLP 2027, que terão, à partida, lugar no Brasil ou em Angola.***

Importa ainda relevar que, aproveitando o momento de reunião da comunidade lusófona, através do Desporto, procuraremos reforçar o papel de Portugal, e da CDP em particular, como membro observador da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, estatuto solicitado em maio de 2025.



CÉLEBRAR OS ÊXITOS DESPORTIVOS CONCEDENDO-LHES VISIBILIDADE MEDIÁTICA

Os êxitos dos atletas nacionais e as maiores conquistas do Desporto português constituem um ponto de atração para que cada vez mais cidadãos, de todas as idades, se envolvam com o fenómeno desportivo, seja através da prática, seja como seguidores atentos, acompanhando e vibrando com cada prova, jogo ou competição.

Valorizar e celebrar estas vitórias, assim como reconhecer todos os que se destacam pelo seu contributo ao Desporto – seja na competição ou na criação das melhores condições para que outros possam competir – é uma responsabilidade central da Confederação do Desporto de Portugal.

Neste contexto, é fundamental que a CDP continue a evoluir, acompanhando tendências, modernizando a sua comunicação e profissionalizando a forma como se relaciona com os media, organiza eventos e utiliza os canais digitais, assegurando que a mensagem do Desporto português chega de forma clara, atual e impactante a todos os públicos.

Para 2026 pretende-se continuar a apostar numa comunicação (digital e não só) eficaz, clara e concisa. Isso valorizará a atividade das Federações, pretendendo transportar os momentos de êxito numa celebração nacional.

Destacamos assim:

- **A realização da 29.ª Gala do Desporto de Portugal, com o pensamento na atratividade comercial e televisiva.** A reestruturação do evento de 2025 permitiu torná-lo mais apelativo do ponto de vista televisivo, como forma de valorização e comunicação dos grandes feitos do Desporto nacional;
- Realização de um evento que pretende ser um **momento de distinção para dirigentes de Federações que cessaram funções e também de personalidade ou entidades, indicadas pelas Federações**, que contribuíram para o crescimento das respetivas modalidades e, conseqüentemente, do Desporto português;
- Continuidade da **aposta na comunicação digital da CDP**, acompanhando a atividade e os feitos das Federações Desportivas, dando cada vez mais visibilidade aos méritos alcançados, apostando em novos conteúdos e renovadas estratégias de ativação de marca.



ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

A Direção da Confederação do Desporto de Portugal preparou este Orçamento de acordo com o Plano de Atividades apresentado e tendo por base os orçamentos e os relatórios de atividades e contas de anos anteriores.

O presente Orçamento respeita ao ano de 2026 e a sua estrutura segue o quadro de contas do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pela Portaria n.º 106/2011, de 14 de março, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Conforme o disposto no artigo 46º dos Estatutos da CDP, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 07 de abril de 2025 e registados em escritura pública de 18 de julho de 2025, a Direção da CDP apresenta à Assembleia Geral de dia 02 de dezembro de 2025 o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Orçamento da Confederação do Desporto de Portugal, para 2026, foi elaborado de acordo com os seguintes fatores:

1. Por imposição estatutária e do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), o orçamento reporta-se ao ano civil de 2026;
2. Foram respeitados os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo e da substância sob a forma, garantindo-se também a comparabilidade e a compreensibilidade das operações;
3. O detalhe das rubricas apresentadas permite a correspondência dos valores entre rendimentos e gastos;
4. A estrutura apresentada vai permitir à Direção da CDP e às suas associadas um melhor controlo, ao longo do ano, das atividades propostas.

RENDIMENTOS E GANHOS

72 – Prestação de serviços

Esta rubrica agrega os serviços prestados pela CDP, com vista à captação de recursos para o cumprimento dos seus objetivos, nomeadamente:

- a. Quotizações de filiação;
- b. Patrocínios obtidos;
- c. Intermediação da atividade de fornecimento de apólices de seguros desportivos.

75 – Subsídios e doações

Nesta rubrica estão considerados os subsídios e os apoios a obter de Entidades Públicas e Outras, nomeadamente as provenientes de Institutos Públicos, Autarquias e instituições europeias.

GASTOS E PERDAS

62- Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica respeita aos seguros realizados por conta das associadas e aos gastos gerais administrativos da CDP, detalhando-se por:

- a. Subcontratos: Com o objetivo de proporcionar às Federações desportivas as melhores condições de mercado, no acesso e subscrição do seguro de acidentes pessoais, a CDP mantém um Protocolo com a Verlingue - Corretora de Seguros, através do qual assume por conta das Federações, a toma dos seguros dos seus atletas.

A conta de subcontratos agrega o gasto estimado com a subscrição de seguros para o ano de 2026, sendo este gasto debitado às Federações e proporcionando uma contrapartida em rendimentos, na conta 72 – Prestação de serviços.

b. Serviços especializados: Esta rubrica agrega os gastos com serviços externos especializados, nomeadamente os serviços de contabilidade e auditoria, assessoria jurídica, assessoria de comunicação, serviços de design, serviço de clipping e outros de produção de materiais de divulgação e promoção;

c. Serviços de segurança, manutenção de equipamentos e comissões e taxas bancárias.

d. Materiais: Inclui os gastos com a aquisição de material de limpeza e higiene, material de escritório, jornais, utensílios de desgaste rápido e outros.

e. Energia: Esta rubrica inclui os gastos com eletricidade e consumos de água.

f. Deslocações, estadas e transportes: Esta rubrica agrega os gastos com as deslocações nacionais, realizadas pelo pessoal e os Órgãos Sociais, quando ao serviço e em representação da CDP. Inclui, por isso, gastos com alojamento, passagens aéreas, transportes privados e públicos e reembolso de despesas por utilização de viatura própria.

g. Serviços diversos: Esta rubrica inclui os gastos com o aluguer de equipamentos de impressão, softwares e serviços de armazenamento externo, gastos com telecomunicações e serviços postais, seguros e serviços de limpeza e higiene, controlo de pragas e serviços de entregas.

63 – Gastos com pessoal

Esta rubrica inclui os gastos com recursos humanos, nomeadamente os ordenados mensais, férias, subsídios de férias e de Natal, e respetivos encargos sociais, bem como as despesas com o seguro de acidentes no trabalho, seguro de saúde dos trabalhadores e os gastos com os serviços de medicina do trabalho.

68 – Outros gastos e perdas

A rubrica de “outros gastos e perdas” respeita aos gastos relacionados com a atividade da CDP para a prossecução dos seus objetivos.



a. Donativos: Na qualidade de membro fundador, a CDP atribui à Fundação do Desporto uma dotação anual regular, classificada a título de donativo e com enquadramento no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

b. Quotizações: Esta rubrica respeita aos gastos com a filiação nas seguintes entidades: ENGSO, European Fair Play Movement e Confederação Portuguesa do Voluntariado.

c. Gastos com as atividades: Inclui os gastos previstos para:

- A organização de eventos nacionais, tais como a 29ª Gala do Desporto de Portugal, Cimeiras de Presidentes de Federações desportivas, apresentação de estudos, publicações ou projetos, e outras iniciativas integradas na missão estatutária da CDP;

- A continuidade do Programa de Formação Financiada, PESSOAS2030, que visa a formação de ativos para a empregabilidade. Os gastos incluem bolsas de formação aos formandos, honorários dos formadores e da coordenação pedagógica;

- A elaboração de estudos de interpretação do Desporto português;

- Participação em dois projetos desenvolvidos ao abrigo do programa Erasmus+;

- A gestão do funcionamento do Balcão das Federações e o desenvolvimento e lançamento da plataforma online, designada de Balcão dos Clubes;

- Desenvolvimento de uma campanha nacional de promoção de estilos de vida saudáveis aliados ao Desporto;

- Representações internacionais.

69 – Gastos e perdas de financiamento

Esta rubrica inclui a estimativa dos gastos com juros suportados pela utilização do contrato de crédito em conta corrente, junto do EuroBIC - Grupo Abanca.

RENDIMENTOS E GANHOS
PARA O ANO DE 2026

Conta	Descrição	Orçamento	%
72	Prestação de serviços	562 760,00 €	49,45%
722	Quotizações de filiação	35 260,00 €	3,10%
724	Rendimentos de patrocinadores	62 500,00 €	5,49%
725	Serviços secundários	465 000,00 €	40,86%
7252	Seguros desportivos	465 000,00 €	40,86%
75	Subsídios e doações	575 200,00 €	50,55%
751	Subsídios de Estado e Outros Entes Públicos	542 500,00 €	47,67%
7511	Instituto Português do Desporto e da Juventude	220 000,00 €	19,33%
	IPDJ - programa de atividades regulares	210 000,00 €	18,45%
	IPDJ - balcão das federações	10 000,00 €	0,88%
7512	Estudos e formação	202 500,00 €	17,80%
7519	Outros	120 000,00 €	10,55%
752	Subsídios de Outras Entidades	32 700,00 €	2,87%
7522	Subsídios de entidades europeias	32 700,00 €	2,87%
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GANHOS		1 137 960,00 €	100,00%

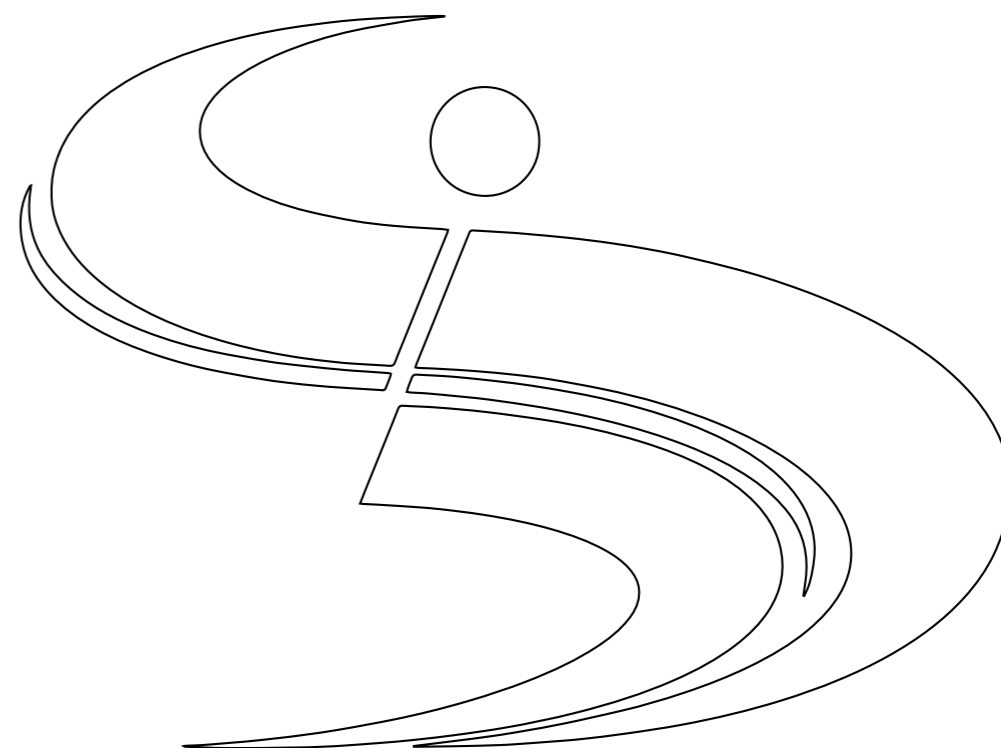


GASTOS E PERDAS PARA O ANO DE 2026



Conta	Descrição	Orçamento	%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	547 412,20 €	48,10%
621	Subcontratos	438 000,00 €	38,49%
622	Serviços especializados	71 812,20 €	6,31%
6221	Trabalhos especializados	30 862,20 €	2,71%
6222	Promoção e divulgação	33 500,00 €	2,94%
6223	Vigilância e segurança	850,00 €	0,07%
6224	Honorários	3 500,00 €	0,31%
6226	Conservação e reparação	600,00 €	0,05%
6227	Serviços bancários	2 500,00 €	0,22%
623	Materiais	4 000,00 €	0,35%
624	Energia	1 700,00 €	0,15%
625	Deslocações, estadas e transportes	6 000,00 €	0,53%
626	Serviços diversos	25 900,00 €	2,28%
6261	Aluguer de equipamento	6 500,00 €	0,57%
6262	Comunicação	5 500,00 €	0,48%
6266	Despesas de representação	7 000,00 €	0,62%
6267	Limpeza e higiene e conforto	5 100,00 €	0,45%
6268	Outros serviços	1 800,00 €	0,16%
63	Gastos com o pessoal	223 507,80 €	19,64%
631	Remunerações órgãos sociais	49 138,62 €	4,32%
632	Remunerações do pessoal	132 680,34 €	11,66%
635	Encargos sobre remunerações	38 205,32 €	3,36%
636	Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	780,00 €	0,07%
638	Outros gastos com o pessoal	2 703,52 €	0,24%
68	Outros gastos e perdas	364 540,00 €	32,03%
681	Impostos	900,00 €	0,08%
688	Outros	363 640,00 €	31,96%
6882	Donativos	10 000,00 €	0,88%
68821	Fundação do Desporto	10 000,00 €	0,88%
6883	Quotizações	2 140,00 €	0,19%
68831	ENGSO	1 500,00 €	0,13%
68832	EFPM	520,00 €	0,05%
68833	Confederação Portuguesa do Voluntariado	120,00 €	0,01%
6888	Gastos com as atividades	351 500,00 €	30,89%
68881	Gala do Desporto	70 000,00 €	6,15%
68882	Outros eventos	50 000,00 €	4,39%
68883	Centro de estudos e formação	155 000,00 €	13,62%
68884	Programa de promoção saúde/desporto	50 000,00 €	4,39%
68886	Projetos europeus	12 500,00 €	1,10%
68887	Representações internacionais	8 000,00 €	0,70%
68888	Balcão das federações	6 000,00 €	0,53%
69	Gastos e perdas de financiamento	2 500,00 €	0,22%
TOTAL DOS GASTOS E PERDAS		1 137 960,00 €	100,00%







A VOZ DO
DESPORTO

CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Análise do Plano de Atividades e Orçamento da CDP para 2026

Introdução

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, e no âmbito do mandato atribuído pela Assembleia Geral da Confederação do Desporto de Portugal (CDP), o Conselho Fiscal apresenta o seu parecer, dentro das nossas competências, relativamente aos documentos do Plano de Atividades e Orçamento da CDP para o ano de 2026.

Receção e Avaliação dos Documentos

Os documentos em análise foram remetidos ao Presidente do Conselho Fiscal pelos serviços da CDP, sob solicitação do respetivo Presidente. Estes documentos foram enviados com o objetivo de serem avaliados, analisados e receberem o parecer do Conselho Fiscal.

Responsabilidade da Direção

Compete à Direção da CDP a responsabilidade de apresentar um orçamento assente numa gestão económica e financeira equilibrada, rigorosa e transparente. Este orçamento deve refletir a capacidade real de cumprir com os compromissos delineados nos documentos apresentados, garantindo que os custos ordinários e extraordinários não excedam os proveitos totais previstos.

Análise dos Documentos

A análise efetuada ao Plano de Atividades e Orçamento para 2026 (PAO 2026), comparado com o orçamento de 2025 e com a estimativa do executado até ao final do ano de 2025, de acordo com a informação disponibilizada pela Direção e pelos serviços financeiros da Confederação do Desporto de Portugal, revela uma gestão equilibrada,



**A VOZ DO
DESPORTO**

CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

consistente e saudável, conforme a ambição apresentada no início do mandato desta Direção.

É de salientar que a Direção da CDP, por intermédio do seu Presidente e dos respetivos serviços financeiros, apresentaram total disponibilidade para esclarecer os temas mais relevantes deste PAO 2026, com destaque para o aumento de Gastos com Pessoal, explicado pela proposta de regulamento remuneratório da Direção da CDP e pela continuidade dada aos investimentos relacionados com o posicionamento estratégico da CDP, os quais têm sido muito relevantes para a reestruturação pretendida com a operação desta instituição.

Parecer Final

Após a análise efetuada, o Conselho Fiscal considera que o Plano de Atividades e Orçamento para 2026 refletem adequadamente a ambição projetada para o próximo exercício. Assim, propõe-se a aprovação destes documentos relativos ao exercício de 2026.

Lisboa, 2 de dezembro de 2025

Luís Ferreira (Presidente)

Carlos Dias (Vogal)

Paulo Silva (Vogal)

Assinado por: Paulo Machado Arnaldo Pinto da Silva
Num. de Identificação: 10291006
Data: 2025.12.02 14:28:45+00'00'

Confederação do Desporto de Portugal

Rua Eduardo Augusto Pedrosa | 11-A, 1495-047 Algés, Portugal
+351 21 411 39 75/6/7 | cdp@cdp.pt | www.cdp.pt